



destaques do mês

Reservatórios no Sudeste podem cair a mínimo histórico até novembro

O nível dos reservatórios nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste pode chegar ao fim de novembro com só 15,7% da capacidade máxima. A projeção feita pelo Ministério de Minas e Energia contempla um cenário em que choverá 75% da média histórica e 16,3 mil MW de usinas térmicas - um recorde - serão gerados até o fim do período seco. Isso faria o subsistema Sudeste/Centro-Oeste entrar na próxima temporada de chuvas, a partir de dezembro, com o pior índice de armazenamento já registrado desde 2000. O ONS partiu da premissa, em todos os cenários simulados, que o volume armazenado estará em 34% no fim de abril. É quando termina a temporada de chuvas. (21.03.2014 – Valor Econômico)

Crise energética vai custar R\$ 34 bilhões

O Presidente da consultoria Thymos, João Carlos Mello, calcula que a crise energética vai custar ao Brasil R\$ 34 bilhões, se consideradas as despesas bancadas pelo Governo em 2013 e 2014 com o acionamento das térmicas e a alta dos preços spot do Megawatt-hora. Deste total, R\$ 18 bilhões serão pagos no futuro pelos consumidores, com reajustes anuais na conta de luz. A outra parte, equivalente a R\$ 16 bilhões, ficará nas costas do Tesouro Nacional, conta que acabará sendo paga, de qualquer forma, pelo contribuinte, diz Mello. O cálculo da Thymos leva em consideração os R\$ 13 bilhões transferidos em 2013 pelo Tesouro às distribuidoras, por meio da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Deste total, R\$ 10 bilhões serão ressarcidos com reajustes tarifários, diluídos em cinco anos, que começarão a valer a partir de 2015. Mas R\$ 3 bilhões não vão retornar aos cofres públicos, afirma Mello. Neste ano, serão gastos mais R\$ 21 bilhões, dos quais apenas R\$ 8 bilhões serão cobrados, a partir do ano que vem, na conta de luz. No pacote anunciado na semana passada, foram liberados, a fundo pedido, mais R\$ 4 bilhões do Tesouro, que vão se somar aos R\$ 9 bilhões já previstos no Orçamento. (18.03.2014 - Valor Econômico)

Escassez de energia gera ganho de R\$ 9 bilhões para Estatais descontratadas

Quando o PLD está elevado elas faturam e lucram. No caso das estatais paulista (Cesp) e mineira (Cemig), a energia está sobrando porque elas não aderiram ao programa de renovação das concessões do Governo Federal que vencem em 2015. Sem aderir ao programa, ficaram com seus Megawatts descontratados e agora ganham com os preços elevados no mercado à vista. E os preços estão elevados por causa da estiagem, que está secando os reservatórios das usinas hidrelétricas. Mas os ganhos não estão todos contabilizados na liquidação financeira registrada na CCEE. A Cesp por exemplo tem feito leilões de energia a R\$ 750,00/MWh antes de ter que liquidar a PLD. Quem compra essa energia o faz porque sabe que ainda vai ganhar a diferença até os R\$ 822/MWh, que estão

painel

■ ANTT prorroga Audiência Pública sobre o Operador Ferroviário Independente

A ANTT prorrogou o prazo para recebimento de contribuições com o objetivo de colher subsídios para o aprimoramento da minuta de Regulamento do Operador Ferroviário Independente (OFI). O prazo atual é 16/abr/2014. Mais informações: www.antt.gov.br

■ ANTT abre Audiência Pública sobre a obrigatoriedade de contratação e manutenção de seguros

A ANTT abriu audiência pública para tratar da resolução que regulamenta a obrigatoriedade de contratação e manutenção de seguros pelas concessionárias do serviço público de transporte ferroviário de cargas. As contribuições poderão ser enviadas até 30/abr/2014. Mais informações: www.antt.gov.br

registrados na CCEE. Para a geradora, a vantagem é que ela não fica exposta à inadimplência do mercado, que em janeiro foi de 3%. A Cemig informa que está liquidando a PLD apenas a energia proveniente da usina de Jaguará em função de uma liminar do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que permitiu que a usina, com concessão vencida em 2013, ficasse sob seu portfólio. Diz também que está perdendo com a distribuidora que está exposta. (31.03.2014 - Estadão)

Concessão de porto público deve ficar para o próximo governo

Os leilões de áreas nos Portos de Santos (SP) e Pará não têm previsão para ocorrer. O processo está pendente de decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) desde janeiro deste ano. Os leilões de Santos e Pará aguardam três decisões do Tribunal: duas referentes às licitações propriamente ditas e uma sobre a suspeita de tratamento privilegiado à Estruturadora Brasileira de Projetos (EBP). Duas restrições apresentadas pelo TCU são referentes ao relatório elaborado pela Ministra Ana Arraes sobre os estudos econômicos que embasam as licitações nos Portos de Santos e Pará. Ela fez 19 restrições que, na prática, inviabilizaram os leilões. O Governo Federal recorreu em 4 pontos. Paralelamente, foram apresentadas explicações para os outros 15 pontos levantados por Ana Arraes em janeiro. As respostas ainda estão em exame na área técnica. Só depois serão encaminhadas à Ministra. O TCU informou que a questão dos portos tem recebido tratamento prioritário. Porém, não é possível prever prazo para a votação dos processos em plenário. O terceiro problema é o questionamento à escolha da EBP, empresa privada, formada por bancos, responsável pelos estudos dos portos, aeroportos e rodovias do programa de concessões. O processo, que discute a atuação da EBP só em portos, entrou na pauta de votações quatro vezes, mas não houve decisão. O Governo estima que as áreas de portos públicos, uma vez licitadas, vão mobilizar investimentos de R\$ 17,2 bilhões. (01.04.2014 - Estadão)

Modelo portuário expõe divergências entre operador e usuário

Entre os 45 terminais portuários que requerem renovação antecipada, há nove que, além de antecipar a prorrogação desejam expandir sua capacidade para área contígua ao terminal já existente. Esses projetos - que englobam Sepetiba Tecon, Tecon Rio Grande, TCP, Tecon Santos, Libra Santos, Ecoporto Santos, Terminal de Vila Velha, Tesc e Tecon Salvador - poderiam injetar R\$ 4 bilhões em investimentos. A ideia, no entanto, é vista com maus olhos por alguns usuários desses portos, que defendem a licitação das áreas contíguas para aumentar a competitividade dos serviços. Uma das principais críticas dos operadores portuários em relação ao novo ambiente regulatório é que o desenho proposto pelo Governo de licitar novos arrendamentos nos portos públicos pode comprometer a ampliação dos terminais de contêineres já existentes. Isso vai na contramão do visto em outros países, em que os operadores ganham maior escala para reduzir custos, enquanto os armadores também têm unido esforços para compartilhar serviços, têm usado navios cada vez maiores e concentram suas operações em alguns poucos terminais. "Os maiores terminais de contêineres do mundo já têm movimentação de 10 a 20 vezes maior do que os terminais brasileiros. Ou seja: se o Brasil não tiver grandes terminais para receber os mega navios, isso poderá impactar

negativamente o comércio exterior. A fragmentação será danosa", afirma Sergio Salomão, Presidente da Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres de Uso Público (Abratec). A situação seria danosa tanto nos maiores portos brasileiros, como Santos, em que a fragmentação poderia trazer aumento de custos, quanto nos menores, como Salvador. (27.03.2014 - Valor Econômico)

Valec põe R\$ 400 milhões em ferrovia

A concessionária de ferrovias Transnordestina Logística (TLSA) recebeu um aporte de R\$ 400 milhões oriundos da Valec, Estatal do Governo Federal, que terá sua participação no negócio elevada para aproximadamente 25% do capital total no meio do ano. O repasse faz parte de um acordo entre o Planalto e a controladora da empresa privada, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Firmado em setembro, o acerto ainda tem vários números não divulgados. O custo da ferrovia está orçado em R\$ 7,5 bilhões e a maior parte é bancada pelos cofres públicos (por meio de aportes e financiamentos). Uma parcela de R\$ 200 milhões já foi depositada pela Valec para a TLSA em dezembro e outras duas (de R\$ 135 milhões e R\$ 65 milhões) em janeiro, a título de adiantamento. O Conselho Fiscal da ferrovia aprovou uma emissão de ações a serem compradas pela Estatal pelos R\$ 400 milhões repassados. Uma assembléia geral de acionistas deve votar em abril a emissão. (27.03.2014 - Valor Econômico)

PPP pode ser única saída para estender concessão da BR-163

Um dos principais trechos das novas concessões de rodovias anunciadas pela Presidente Dilma Rousseff, no fim de janeiro, é alvo de sérias desconfiças por algumas das empresas mais interessadas no negócio. As dúvidas pairam sobre o trecho de 976 km da BR-163, entre as cidades de Sinop, centro de produção agrícola do Mato Grosso, até a sua chegada em Itaituba, no Pará, onde teve início a construção de terminais de carga, nas margens do Rio Tapajós. Os estudos que baseiam a proposta do governo estão em andamento. A apreensão dos executivos, no entanto, faz sentido. O trecho norte da BR-163, que avança até Santarém, concentra as piores condições de toda a rodovia. Na prática, caberá ao concessionário a missão de construir uma estrada do zero, em boa parte do trecho. Seja por meio de PPP, ou pelo atual modelo de concessão, é certo que o trecho norte da BR-163 tem demanda garantida. Com o avanço das duplicações nos trechos da estrada já concedidos e a consolidação do porto no distrito de Miritituba, o traçado será parte de uma rota inevitável e de forte expansão nos próximos anos. Pelos cálculos da Confederação Nacional da Indústria (CNI), a produção agrícola do Mato Grosso e sua região tem capacidade de economizar até R\$ 1,4 bilhão por ano a partir da conclusão de toda a rodovia. (13.03.2014 - Valor Econômico)

Custo de obras da Petrobras no PAC sobe 30%

Atrasos na entrega e estouros na previsão de gastos afetam a maioria dos projetos da Petrobras destacados no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Ao comparar os atuais prazos e custos estimados em projetos da estatal com as metas divulgadas anos atrás foi observado que os 14 projetos analisados totalizavam inicialmente despesas estimadas em R\$ 120 bilhões. Atualmente, após atrasos, expectativas equivocadas e variação cambial, o custo previsto saltou para R\$ 182 bilhões. O valor, que inclui o que já foi gasto e o que ainda será despendido, representa avanço de 52% (ou 31%, descontada a

inflação do período). A diferença, de R\$ 62 bilhões, equivale a oito vezes a soma das despesas com a construção e reforma dos 12 estádios da Copa de 2014. Em 8 desses 14 projetos da Companhia no PAC, há atrasos que variam de um ano a quatro anos e meio. As obras são de diferentes áreas do setor de energia, como plataformas de petróleo, refinarias, indústria naval e combustíveis renováveis. Em parte delas, a Petrobras não é a única empreendedora. O economista Mauricio Canêdo, professor da Fundação Getúlio Vargas, diz que, com a política de preços de combustíveis no mercado interno inferiores aos do exterior, há menos caixa e a Empresa acaba fazendo escolhas. "A prioridade são investimentos na exploração e na produção [de petróleo]. Se ela não fizer, poderá perder o direito sobre um campo." (31.03.2014 - Folha de São Paulo)

Infraero passa de lucro a prejuízo de R\$ 1,2 bilhão

No primeiro ano completo após as privatizações de três dos maiores aeroportos do País, a Infraero teve prejuízo de R\$ 1,2 bilhão em 2013, antes dos investimentos, que normalmente são excluídos do balanço porque os ativos aeroportuários pertencem à União. Quando se somam os investimentos, o vermelho fica mais forte e sobe para R\$ 2,7 bilhões. Em 2012, a Empresa havia registrado lucro de R\$ 156 milhões. Esse quadro ilustra o tamanho do desafio da Infraero para se adequar à nova realidade do setor, que teve o monopólio quebrado em 2012, com as concessões de três aeroportos superavitários: Guarulhos, Viracopos e Brasília. Juntos, eles correspondiam à movimentação de 30% dos passageiros, 57% da carga e 19% das aeronaves do sistema brasileiro. (28.03.2014 - Valor Econômico)

Municípios atrasam planos de saneamento

O acesso à água e ao esgoto ainda é uma realidade distante para milhões de brasileiros. Com um nível de investimentos de cerca de 0,2% do PIB por ano, um terço do necessário, o setor de saneamento tem buscado novas modelagens de capital para aumentar o volume de recursos, diante da nova regulação, instituída em 2007 e que prevê que, a partir deste ano, o acesso a recursos da União, quando destinados a serviços de saneamento básico, estará condicionado à existência de Plano Municipal de Saneamento Básico. Estimativas do mercado apontam que cerca de 70% dos pouco mais de 5.500 municípios brasileiros não fizeram ainda seu planejamento. "As PPPs e as concessões ganham espaço diante das dificuldades existentes no setor", diz o Vice-Presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), Newton Azevedo. Além dos problemas de caixa de muitas concessionárias estaduais, muitas cidades não têm corpo técnico para executar os planos municipais, uma condição que ganhou importância com a nova lei do setor. Outro obstáculo é a baixa velocidade de implementação de projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Estudo do Instituto Trata Brasil aponta que, apesar de os recursos liberados terem atingido pouco mais de 50% dos valores previstos e de ter havido duplicação no número de obras concluídas entre 2011 e 2012 (7% para 14%), 65% das 138 obras de esgotamento sanitário monitoradas até dezembro de 2012 estavam paralisadas, atrasadas ou ainda não iniciadas. As obras somam investimentos de R\$ 6,1 bilhões. (21.03.2014 - Valor Econômico)

1. Energia Elétrica

1.1. Previsão para Entrada em Operação de Novos Geradores – Quadro Geral (ANEEL)

Previsão para Entrada em Operação (MW)

de 15 de março de 2014 até 31 de dezembro de 2018

Usinas Hidrelétricas (UHE)						
Cenário	2014	2015	2016	2017	2018	Σ
Conservador	2.293	4.469	4.860	3.931	3.667	19.218
Otimista	2.293	4.469	4.860	3.931	3.667	19.218

Usinas Termelétricas (UTE)*						
Cenário	2014	2015	2016	2017	2018	Σ
Conservador	1.341	425	0	50	1.405	3.221
Otimista	1.466	561	100	60	2.070	4.256

Fontes Alternativas - PCHs, Biomassa e Eólica (F.A.)						
Cenário	2014	2015	2016	2017	2018	Σ
Conservador	3.979	1.344	76	0	15	5.414
Otimista	4.135	4.816	1.408	740	180	11.279

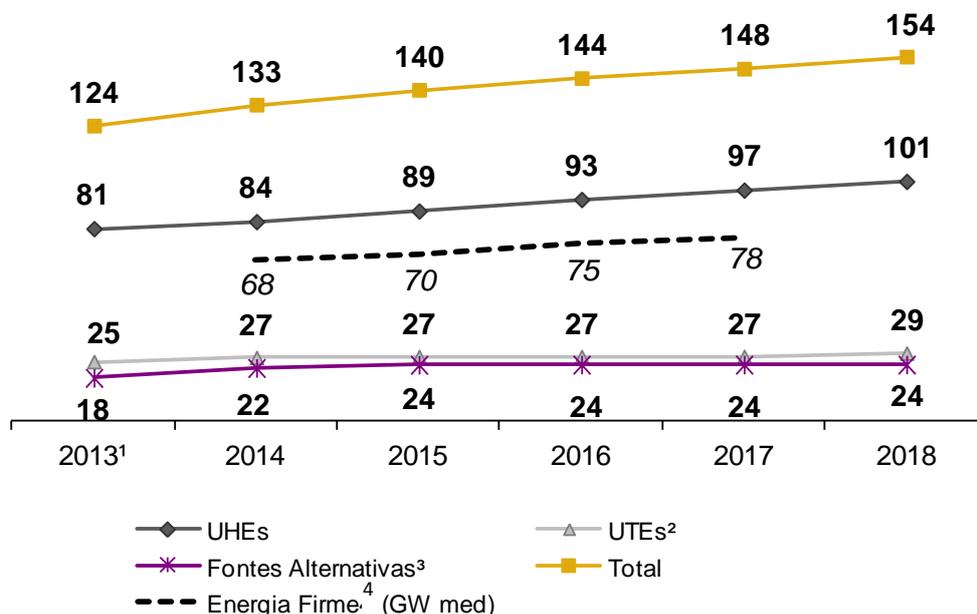
Somatório de UHE, UTE, F.A.						
Cenário	2014	2015	2016	2017	2018	Σ
Conservador	7.612	6.238	4.936	3.981	5.087	27.853
Otimista	7.893	9.845	6.367	4.731	5.917	34.754

Fonte: Elaboração própria com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)
 Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação
 Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, aumento de 3,6% ao ano na capacidade total de geração elétrica do País, considerando o período entre 15 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2018.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de 34,8 mil MW no período 2014-2018. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 4,7% ao ano.

Previsão da Capacidade Instalada* (GW) e Oferta de Energia Firme (GW médios) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel e da PSR Consultoria (Energy Report - Janeiro/2014).

¹ Capacidade Instalada em 31/12/2013.

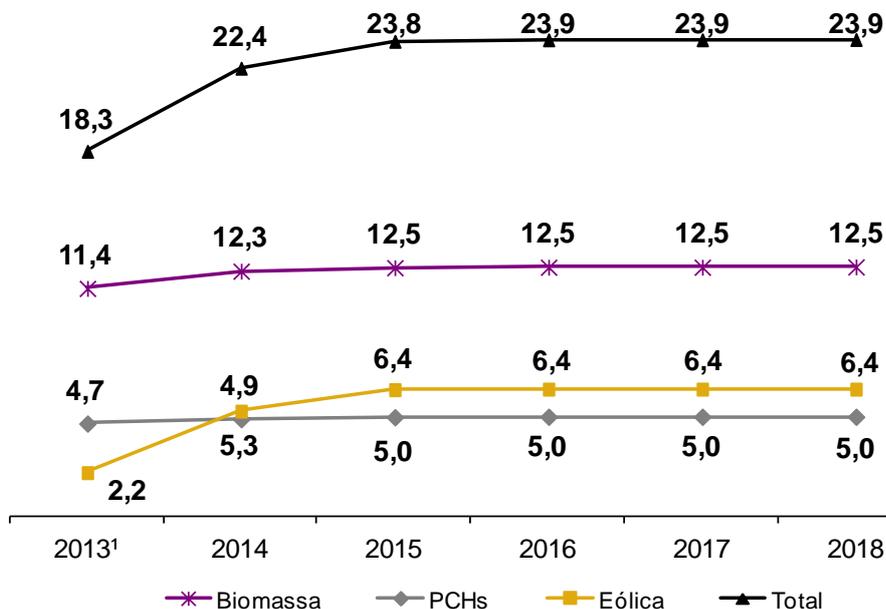
² UTEs movidas a carvão, gás natural, diesel e óleo combustível.

³ PCHs, UTEs movidas a biomassa e eólicas.

⁴ Energia Firme com 5% de risco de déficit, considerando uma redução de 4% na produtividade das usinas hidrelétricas e uma redução nas vazões da região NE para o valor observado nos últimos 20 anos.

* Excluídas as Centrais Nucleares.

Previsão da Capacidade Instalada - Fontes Alternativas (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

¹ Capacidade Instalada em 31/12/2013.

Entre 2013 e 2018, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 24,5% da capacidade instalada no Brasil de usinas hidrelétricas (UHEs). O crescimento da geração térmica (UTES), também no cenário conservador, deve ser de 14,3% no mesmo período. Em dezembro de 2013, a participação das UHEs foi de 65% na matriz elétrica nacional e deve aumentar para 66% até 2018. A participação na capacidade total instalada das UTES deve cair de 20% em 2013 para 19% em 2018.

A participação das usinas térmicas à biomassa deve cair de 9% para 8% e das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deve reduzir de 4% para 3% em 2018.

A previsão conservadora para a participação das usinas eólicas na capacidade total instalada, em 2018, passará de 2% para 4%.

A estimativa conservadora de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica, em 2014, é superior à estimativa de crescimento do PIB elaborada pela CNI, respectivamente, 7,1% e 2,1%.

1.1.1. Geração Hidrelétrica e Termelétrica

A previsão otimista e conservadora prevê a entrada em operação de 19,2 mil MW de UHEs até 2018. Em outras palavras, não há empecilhos para a entrada em operação das UHEs previstas.

Em relação às termelétricas, prevê-se alta capacidade para entrada em operação no cenário otimista, de 4,3 mil MW até 2018, sendo que cerca de 3,2 mil MW (76%) não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

O rebaixamento do espelho d'água do reservatório da hidrelétrica de Santo Antônio foi determinado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS com o objetivo de evitar que as estruturas provisórias da hidrelétrica de Jirau fossem afetadas eis que não foram dimensionadas para uma cheia como a que vem ocorrendo no Rio Madeira. Por força desse rebaixamento, Santo Antônio carece de queda mínima para permitir a operação das turbinas. Há que existir um desnível mínimo do rio, acima e abaixo da barragem, mas isso não ocorre no momento. Daí o desligamento das máquinas de Santo Antônio.

A vazão afluente a usina de Santo Antônio, no Madeira, atingiu 56 mil m³ por segundo na primeira semana de abril. Como termo de comparação, a vazão afluente a Santo Antonio equivalia a 45 vezes a registrada em Sobradinho no mesmo período. Com a atual vazão, o Madeira poderia encher a baía da Guanabara em apenas 9 horas. Graças ao estágio avançado das obras em Santo Antonio, todas as estruturas são definitivas e estão livres de perigo.

Nessa situação de calamidade, os consórcios à frente de Santo Antônio e Jirau atenderão às necessidades básicas da população atingida pela cheia histórica do rio. Isso decorre de liminar da Justiça Federal em Rondônia, em resposta a uma ação civil pública contra os consórcios. O auxílio durará enquanto a situação estiver caracterizada como emergencial.

O Serviço Geológico do Brasil, da CPRM, que monitora a vazão do Rio Madeira, avalia corretamente que a operação das usinas de Santo Antônio e Jirau não influencia a cheia do rio. “Não temos observado influência das usinas, porque elas são a fio d'água, não retêm água. Elas têm um protocolo de nível mínimo e máximo, e têm mantido isso o tempo inteiro. A água que entra, passa”, explica o Diretor de Hidrologia e Gestão Territorial da CPRM, Thales Sampaio.

Segundo o Diretor, o que está causando a cheia no Rio Madeira é o excesso de chuvas na Bolívia, onde ficam as cabeceiras do rio. “Choveu acima da média desde outubro, na Bolívia, especialmente em janeiro e fevereiro”, diz Sampaio.

1.1.2. Geração a partir de Fontes Alternativas

No cenário conservador, a contribuição das PCHs deverá ser de 340 MW de potência adicional até 2018. Já no cenário otimista, até 2018, devem entrar em operação um total de 1,9 mil MW.

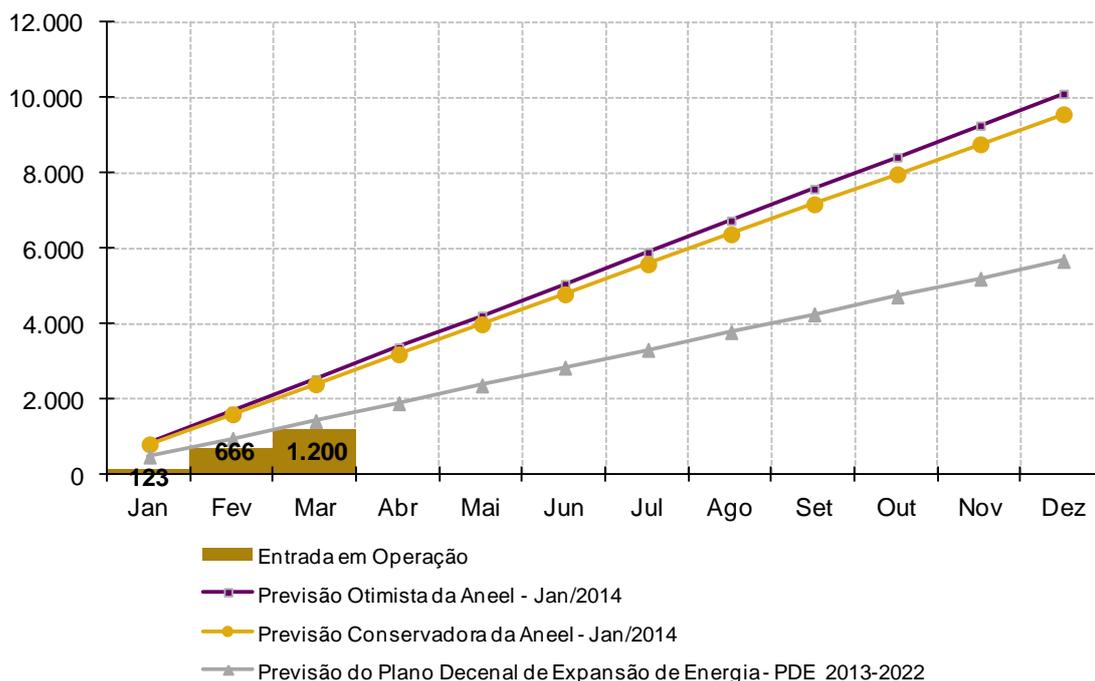
As usinas a biomassa devem acrescentar, no cenário conservador, 1,1 mil MW até 2018. No cenário otimista, a contribuição adicional total dessa fonte pode chegar a 2,1 mil MW para o mesmo período.

Apesar da alta capacidade prevista para entrada em operação de eólicas no cenário otimista de 7,3 mil MW, apenas 55% da potência (4 mil MW) não apresenta restrições para entrada em operação até 2018.

1.1.3. Expansão da Capacidade de Geração

O gráfico apresentado a seguir ilustra os acréscimos mensais de capacidade geradora no sistema interligado nacional. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora para que a previsão seja atingida.

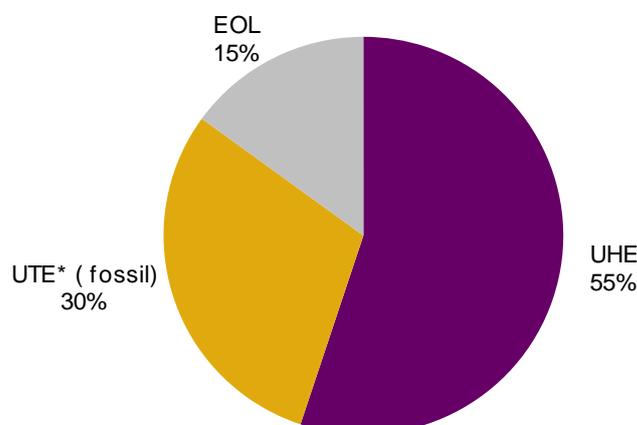
Expansão da Capacidade de Geração em 2014 (MW)
De 1º de janeiro a 15 de março de 2014



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL e da EPE.

Em 2014, até 15 de março, entraram em operação 1.200 MW. Desse total, as UHEs representaram 55% da potência total que entrou em operação totalizando 661 MW. As EOL representaram 15% e as UTEs fósseis 30% da capacidade instalada no período.

Distribuição da Capacidade Instalada por Tipo de Usina (%) De 1º de janeiro a 15 de março de 2014



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

* Inclui UTEs a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.

1.2. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em janeiro de 2014, 40.250 GWh, apresentando um valor 5% superior ao observado em janeiro de 2013.

O consumo industrial de energia elétrica foi de 14.497 GWh, valor 1% superior ao observado no mesmo mês de 2013. O consumo industrial de energia elétrica representou 36% do total fornecido a consumidores livres e cativos em janeiro de 2014.

De acordo com a EPE, o consumo de energia elétrica em janeiro de 2014 atingiu taxas de crescimento modestas refletindo a baixa atividade de setores eletro-intensivos. O leve aumento em relação ao mesmo mês do ano anterior e em relação ao mês de dezembro de 2013 teve origem em setores petroquímicos, madeireiros, metalúrgicos e alimentícios.

Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

Classe	Janeiro 2013	Janeiro 2014	Var. %
Residencial	10.912	11.777	8
Industrial	14.365	14.497	1
Comercial	7.190	7.735	8
Outras	5.907	6.241	6
Total	38.374	40.250	5

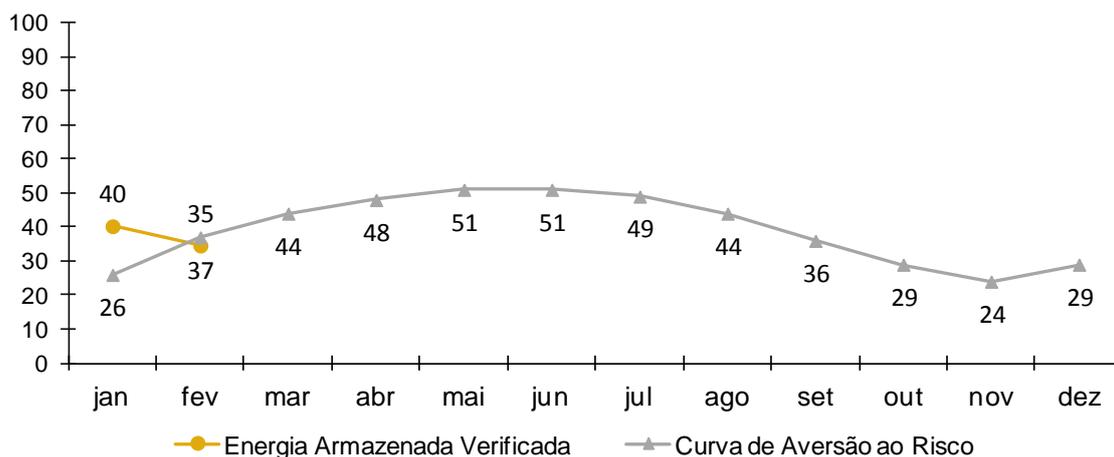
Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

1.3. Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada (ONS)

As Curvas de Aversão a Risco estabelecem níveis de energia armazenada, vale dizer, requisito mínimo de armazenagem de energia, em base mensal, adotados como referência de segurança para o atendimento do Sistema Interligado Nacional. Para garantir o atendimento ao mercado e assegurar a capacidade de recuperação dos reservatórios, os níveis de armazenamento do reservatório equivalente de uma Região devem ser mantidos sempre acima dessa curva.

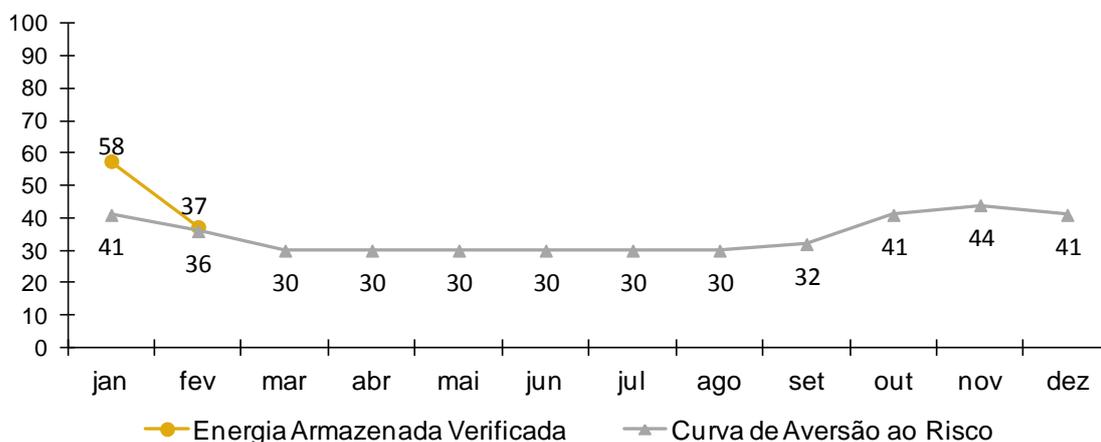
Em fevereiro de 2014, a energia armazenada verificada diminuiu em quase todas as Regiões com exceção da Região Norte onde subiu de 61% para 81%. Ou seja, as outras Regiões apresentam indícios de que a capacidade dos reservatórios pode não ser suficiente para atender a demanda no período de seca, deficiência que deve ser suprido por importações de energia dos outros subsistemas ou por acionamento de termelétricas.

Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2014
Sudeste e Centro-Oeste (%)



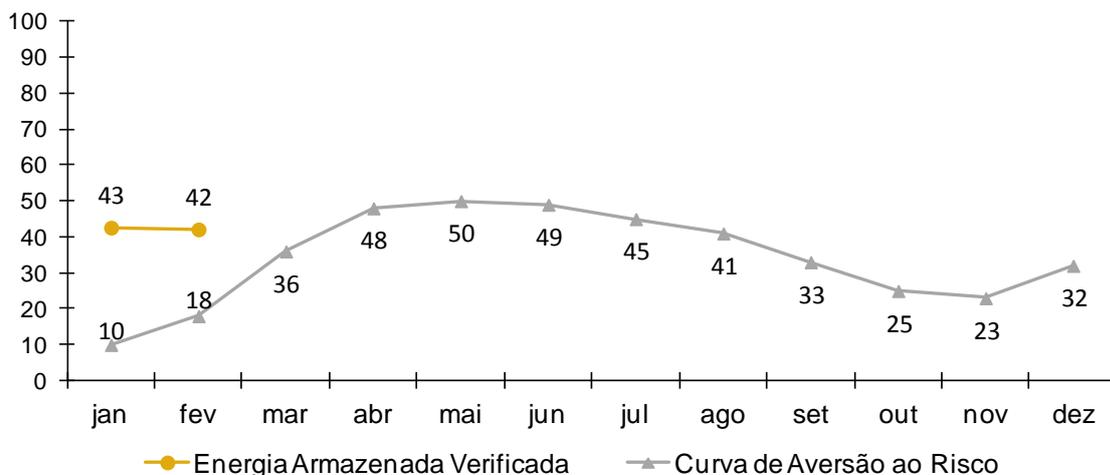
Fonte: Elaboração própria com dados do ONS.

Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2014
Sul (%)



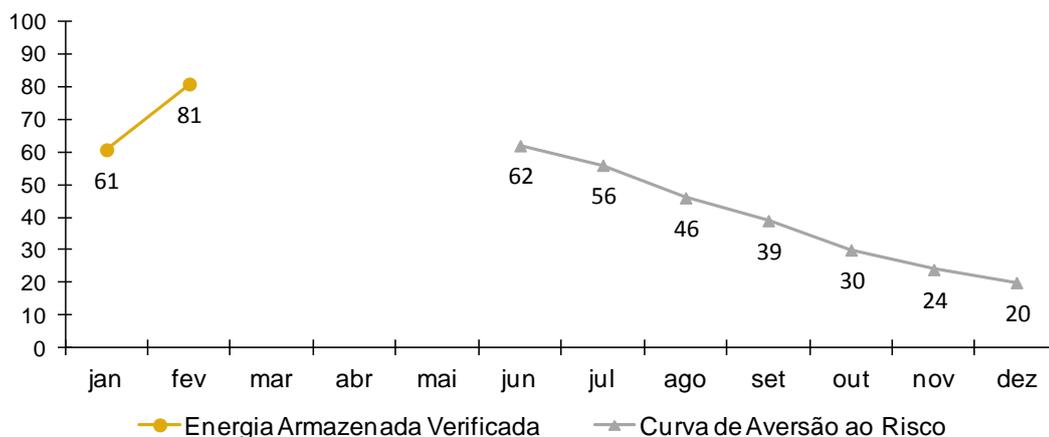
Fonte: Elaboração própria com dados do ONS.

Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2014 Nordeste (%)



Fonte: Elaboração própria com dados do ONS.

Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2014 Norte* (%)



Fonte: Elaboração própria com dados do ONS.

* A Curva Bianaual de Aversão a Risco proposta para a Região Norte considera a hipótese de ocorrência das aflúncias do pior ano do histórico de Tucuruí para o Subsistema Norte – 1963. Aplicação da curva limitada ao período junho-dezembro de cada ano.

1.4. Preço de Liquidação das Diferenças (CCEE)

O Preço de Liquidação das Diferenças - PLD é utilizado para valorar a compra e a venda de energia no mercado de curto prazo. O PLD é um valor determinado semanalmente para cada patamar de carga com base no custo marginal de operação, limitado por um preço máximo e mínimo vigentes para cada período de apuração e para cada submercado. Os intervalos de duração de cada patamar são determinados para cada mês de apuração pelo ONS e informados à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, para que

sejam considerados no sistema de contabilização e liquidação. Em 2014, o PLD mínimo e máximo são, respectivamente, R\$ 15,62 e R\$ 822,83/MWh.

Na quarta semana de março, o PLD atingiu o valor máximo previsto pela CCEE de R\$ 822,83/MWh em todas as Regiões e tipos de tensão e apresentou o mesmo valor do observado na semana anterior.

Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R\$/MWh) Semana 4 - Março 2014 (Período: 22/03/2014 a 29/03/2014)

Tensão	Sudeste/Centro-Oeste	Sul	Nordeste	Norte
Pesada	822,83	822,83	822,83	822,83
Média	822,83	822,83	822,83	822,83
Leve	822,83	822,83	822,83	822,83

Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE.

O cálculo da média mensal do PLD por submercado considera os preços semanais por patamar de carga - leve, médio e pesado, ponderado pelo número de horas em cada patamar e em cada semana do mês, para todas as Regiões.

O mês de março de 2014 apresentou um PLD entre R\$ 696,21/MWh e R\$ 822,83/MWh. Esses valores representaram aproximadamente o triplo dos preços observados em março de 2013 no mercado atacadista.

Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R\$/MWh) Mensal

Região	Março 2013	Março 2014	Variação (%)
Sudeste/Centro-Oeste	339,8	822,83	142,2
Sul	339,8	822,83	142,2
Nordeste	339,8	756,37	122,6
Norte	339,4	696,21	105,1

Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE.

2. Petróleo

2.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

A produção nacional de petróleo, no mês de janeiro de 2014, foi de 66 milhões de barris equivalentes de petróleo (bep), volume similar ao produzido no mesmo mês do ano anterior.

O grau API médio do petróleo produzido em janeiro de 2014 foi de aproximadamente 24,6°, sendo que 11% da produção foi considerada óleo leve (maior ou igual a 31°API), 60% foi considerada óleo médio (entre 22°API e 31°API) e 29% foi considerado óleo pesado (menor que 22°API).

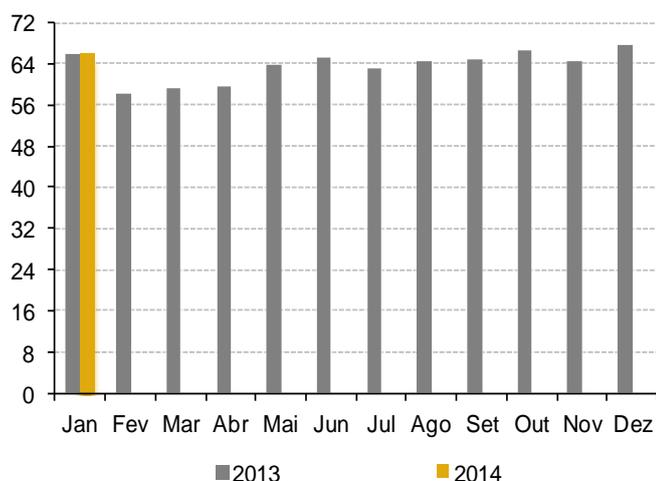
O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em janeiro de 2014, foi de 64 milhões de bep. Esse volume foi 1% inferior ao observado em janeiro de 2013.

De acordo com a ANP, em janeiro de 2014, cerca de 92% da produção de petróleo do Brasil foi extraída de campos marítimos.

O volume de petróleo exportado pelo País, em janeiro de 2014, foi de 13 milhões de bep, valor 132% superior ao exportado em janeiro de 2013. O crescimento no volume exportado indica uma recuperação na produção de petróleo e consumo do mercado externo.

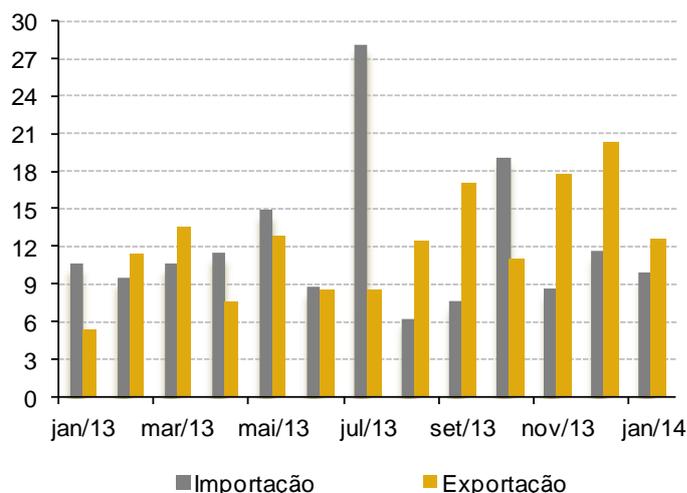
O preço médio do petróleo importado pelo País, em janeiro de 2014, foi de US\$ 111,99/barril, valor 3% inferior ao observado em janeiro de 2013.

Produção Nacional de Petróleo
(milhões bep)



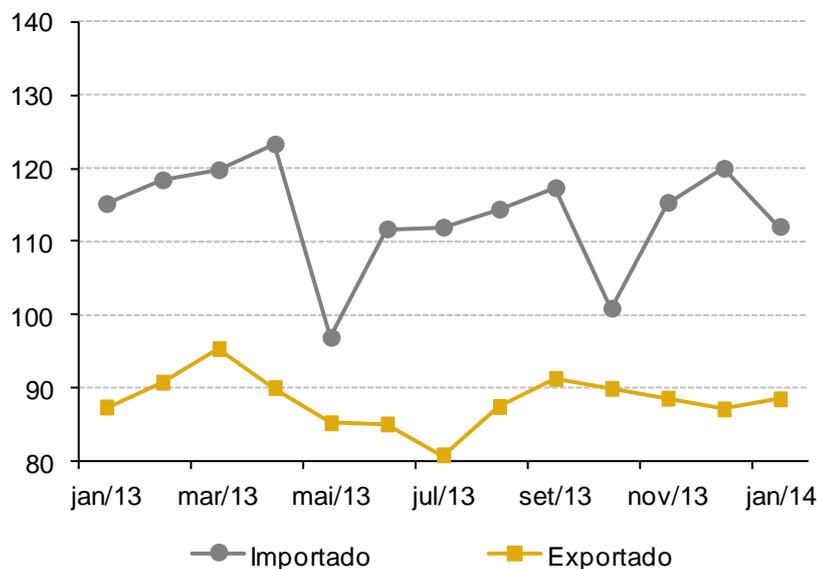
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação vs. Exportação de Petróleo
(milhões bep)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado (US\$ FOB/barril)

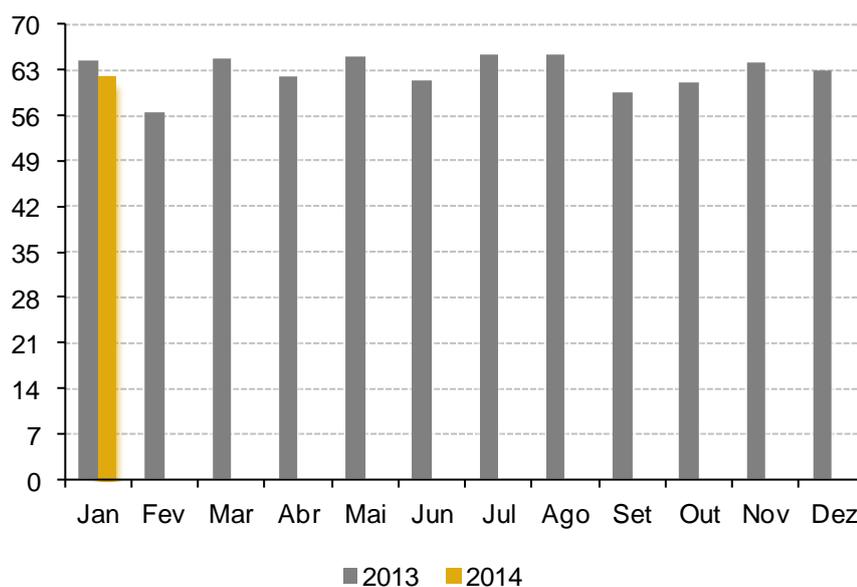


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

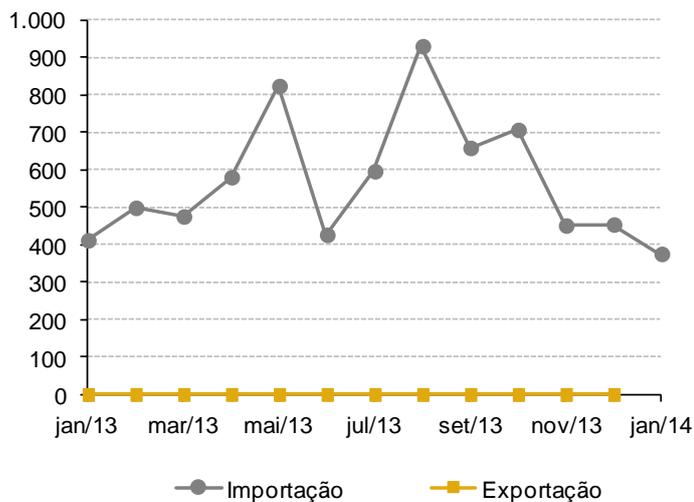
Em janeiro de 2014, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 62 milhões bep (1 bep equivale a 0,15 m³), volume 4% inferior ao produzido em janeiro de 2013.

Produção de Derivados de Petróleo (milhões bep)



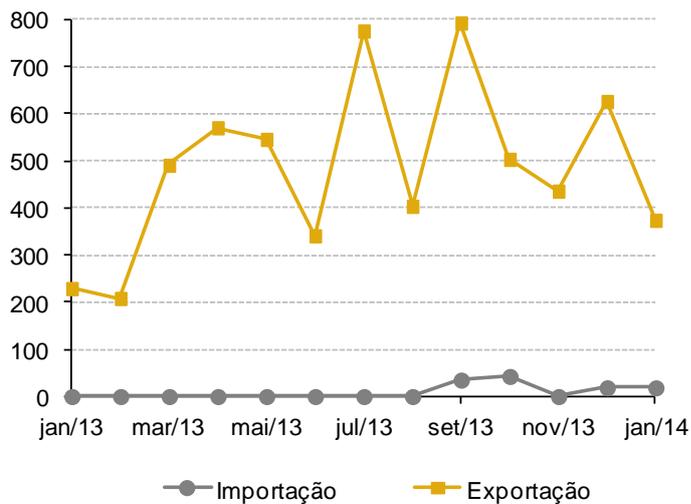
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Nafta (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Óleo Combustível (mil m³)

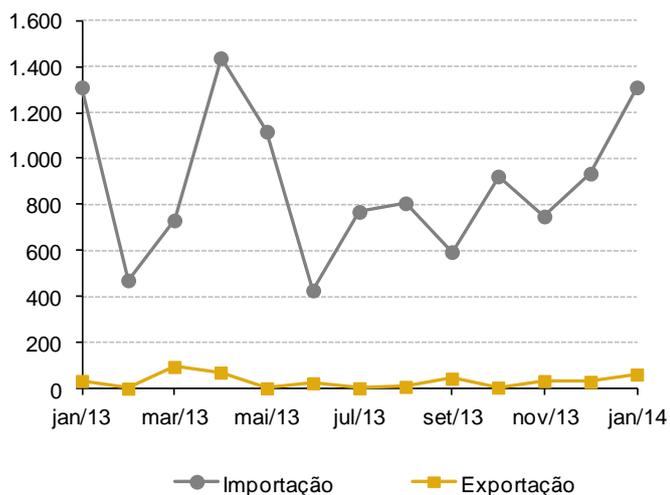


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

A importação de derivados de petróleo, em janeiro de 2014, foi de 17 milhões bep, valor 14% inferior ao registrado em janeiro do ano anterior.

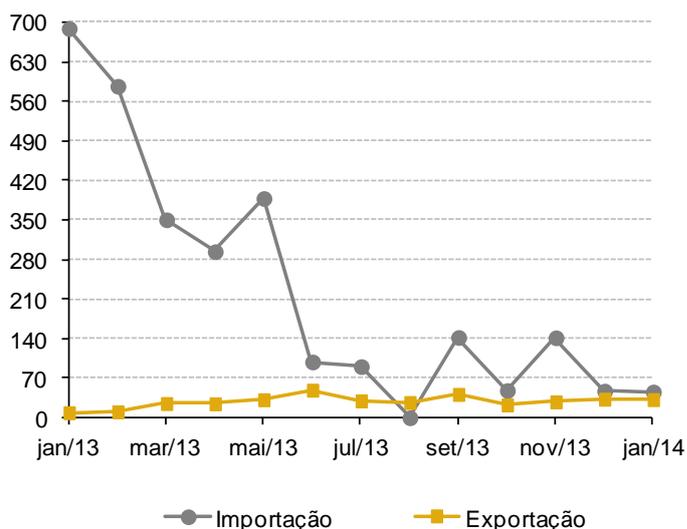
Com respeito à exportação de derivados de petróleo, em janeiro de 2014, foi constatado um total de 7 milhões bep, o que representa um volume 17% superior ao mesmo mês de 2013.

Importação e Exportação de Óleo Diesel (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Gasolina (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.3. Dependência Externa (ANP).

Em janeiro de 2014, o Brasil registrou uma dependência externa positiva de 9% na balança comercial de petróleo e derivados. Em outras palavras, a importação de petróleo e derivados foi 7 milhões de bep superior à exportação de petróleo e derivados frente a um consumo aparente de 72 milhões de bep. Em janeiro de 2013, a dependência externa foi positiva em 22%.

Dependência Externa de Petróleo e Derivados (milhões bep)

	Janeiro/2013	Janeiro/2014
Produção de Petróleo (a)	66	66
Imp. Líq. de Petróleo (b)	5	-3
Imp. Líq. de Derivados (c)	13	9
Consumo Aparente (d)=(a+b+c)	84	72
Dependência Externa (e)=(d-a)	18	7
Dependência Externa (%) (e)/(d)	22	9

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.4. Balança Comercial (ANP).

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em janeiro de 2014, apresentou saldo de US\$ -994 milhões FOB. Ou seja, o Brasil importou US\$ 994 milhões FOB a mais do que exportou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo havia sido negativo em US\$ 2.356 milhões FOB.

Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhão US\$ FOB)

	Janeiro/2013	Janeiro/2014
Petróleo		
Receita com exportação (a)	474	1.111
Dispêndio com importação (b)	1.220	1.098
Balança Comercial (c)=(a-b)	-746	13
Derivados		
Receita com exportação (d)	707	767
Dispêndio com importação (e)	2.316	1.774
Balança Comercial (f)=(d-e)	-1.610	-1.007
Petróleo e Derivados		
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	1.180	1.878
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	3.536	2.872
Balança Total (i)=(g)-(h)	-2.356	-994

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

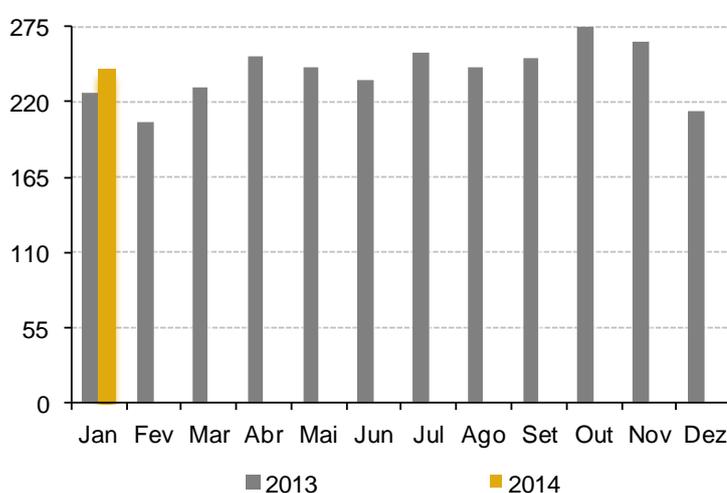
3. Biocombustíveis

3.1. Produção de Biodiesel (ANP).

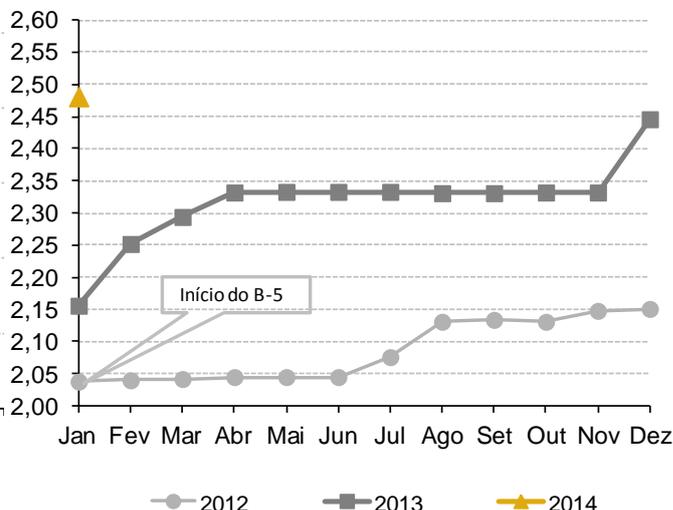
A produção nacional de biodiesel, em janeiro de 2014, foi de 244 mil m³, montante 8% superior ao produzido em janeiro de 2013.

O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em janeiro de 2013, foi de R\$ 2,48/ℓ, valor 15% superior ao observado em janeiro de 2013.

Produção de Biodiesel
(mil m³)



Preço ao Consumidor do Diesel B5
(R\$/ℓ)*



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

* B2,B3,B4,B5: respectivamente, 2%,3%,4%,5% de biodiesel no óleo diesel

3.2. Álcool

3.2.1. Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

A safra 2013/2014 produziu, até o dia 28 de fevereiro de 2014, 27.717 mil m³ de álcool, sendo 16.014 mil m³ referentes à produção de álcool etílico hidratado (58%). Em relação ao mesmo período da safra 2012/2013, houve um aumento de 17% na produção de álcool hidratado no mesmo período.

A produção total de álcool foi 19% superior em relação ao mesmo período da safra anterior, com aumento na produção do álcool anidro e álcool hidratado.

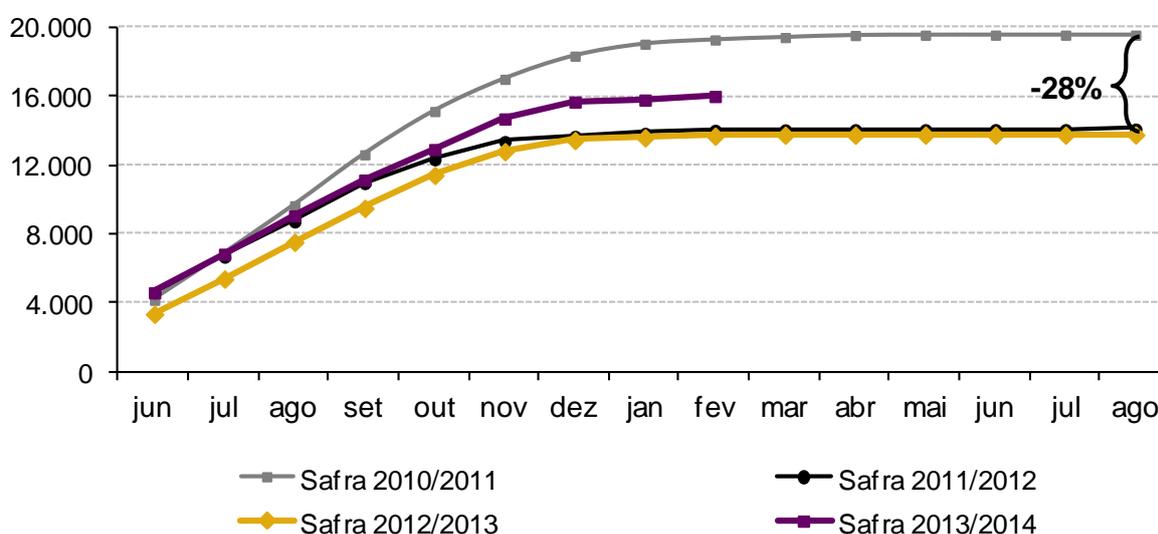
A produção de açúcar apresentou queda. Até 28 de fevereiro de 2014, produziu-se 37 milhões de toneladas de açúcar, volume 2% inferior ao observado no mesmo período da safra 2012/2013.

Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2012/2013 (até 28 de fevereiro de 2013)	Safra 2013/2014 (até 28 de fevereiro de 2014)	Variação (%)
Álcool Anidro (mil m ³)	9.644	11.703	21
Álcool Hidratado (mil m ³)	13.705	16.014	17
Total Álcool (mil m³)	23.349	27.717	19
Açúcar (mil ton)	38.076	37.329	-2

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

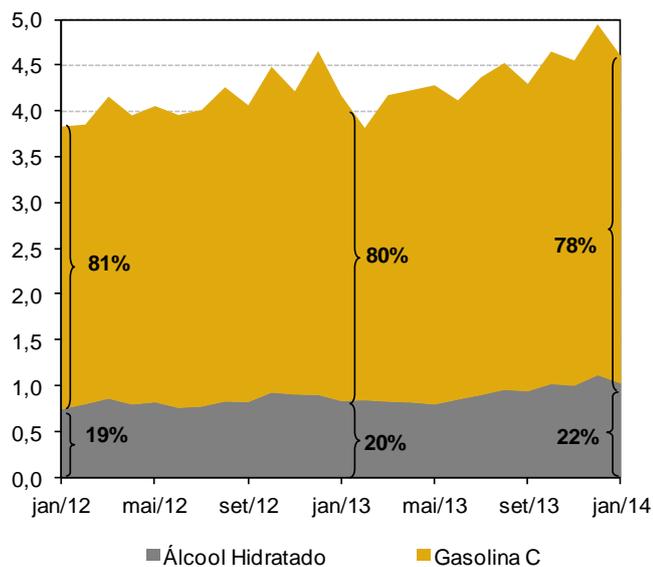
3.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

As vendas de álcool etílico hidratado foram de 1,0 milhão m³ em janeiro de 2014. Esse número representa um aumento de 23% em relação ao volume vendido em janeiro de 2013.

Proporcionalmente, as vendas de álcool passaram de 19% do universo de vendas do álcool e da gasolina em janeiro de 2013 para 20% em janeiro de 2014.

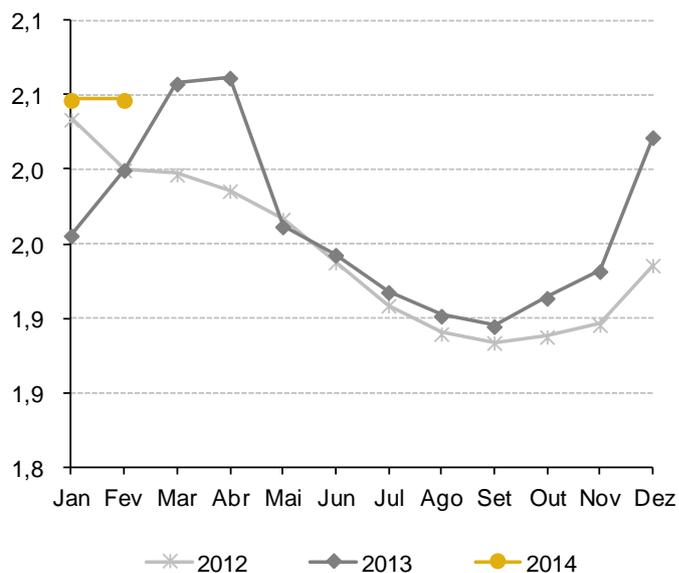
Em janeiro de 2013, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R\$ 2,05/ℓ, valor 5% superior ao registrado em janeiro de 2013.

Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C¹ (milhão m³)



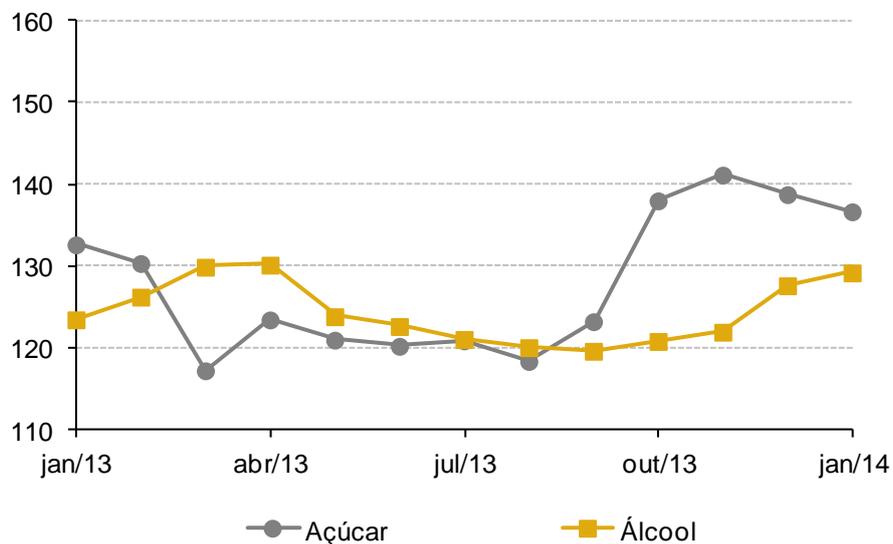
¹Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.
 Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Álcool Etílico Hidratado (R\$/ℓ)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Índice de Preço do Açúcar* e do Álcool Etílico Hidratado (jan/07 = 100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.

* Foi considerado o preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, no 1º dia útil de cada mês, divulgado pela ESALQ/USP.

4. Gás Natural

4.1. Produção, Importação e Oferta Interna de Gás Natural (ANP)

A produção nacional diária média de gás natural, em janeiro de 2014, foi de 80 milhões m³, representando um aumento de 6% comparado à média verificada em janeiro de 2013.

A importação de gás natural realizada pelo País, em janeiro de 2014, foi de 38 milhões m³/dia. A oferta total líquida desse energético, descontando o gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção, naquele mês, foi de 89 milhões m³/dia. Este montante é 11% inferior ao observado em janeiro de 2013.

A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 37% em janeiro de 2014. Em janeiro de 2013, essa proporção havia sido de 31%.

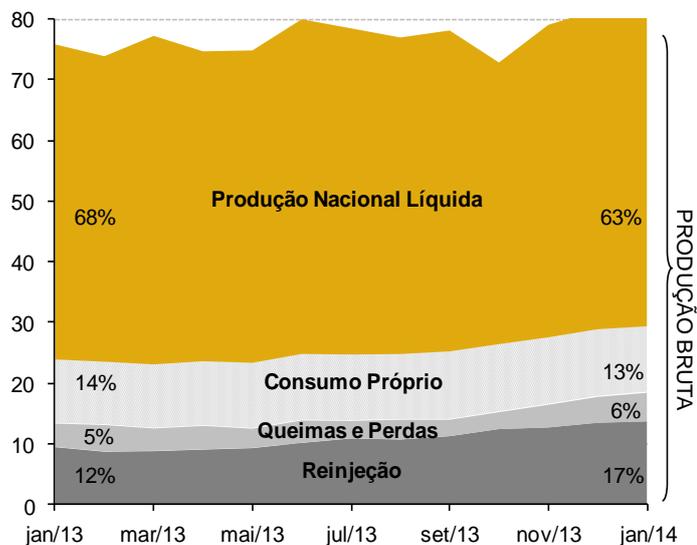
Balço do Gás Natural no Brasil (mil m³/dia)

	Média em Janeiro/2013	Média em Janeiro/2014
Produção Nacional¹	75.852	80.356
- Reinjeção	9.476	13.731
- Queimas e Perdas	3.901	4.792
- Consumo Próprio	10.512	10.837
= Produção Nac. Líquida	51.963	50.996
+ Importação	48.322	38.365
= Oferta	100.286	89.361

¹Não inclui Gás Natural Liquefeito.

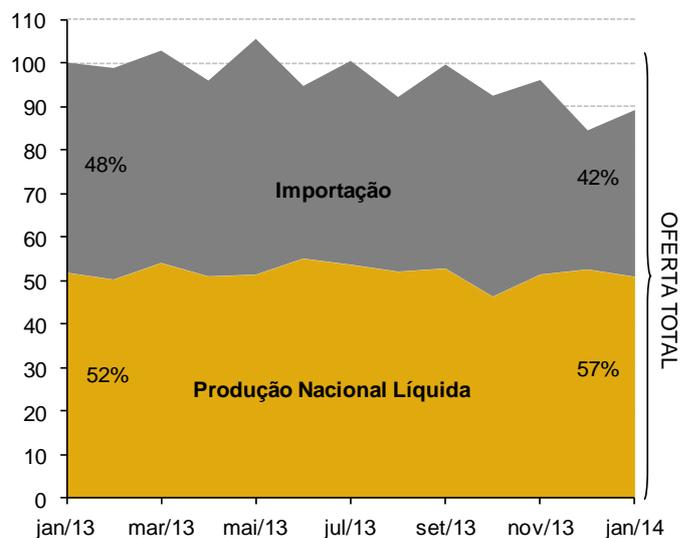
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Produção Nacional Bruta de Gás Natural
(milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Oferta Total de Gás Natural
(milhão m³/dia)



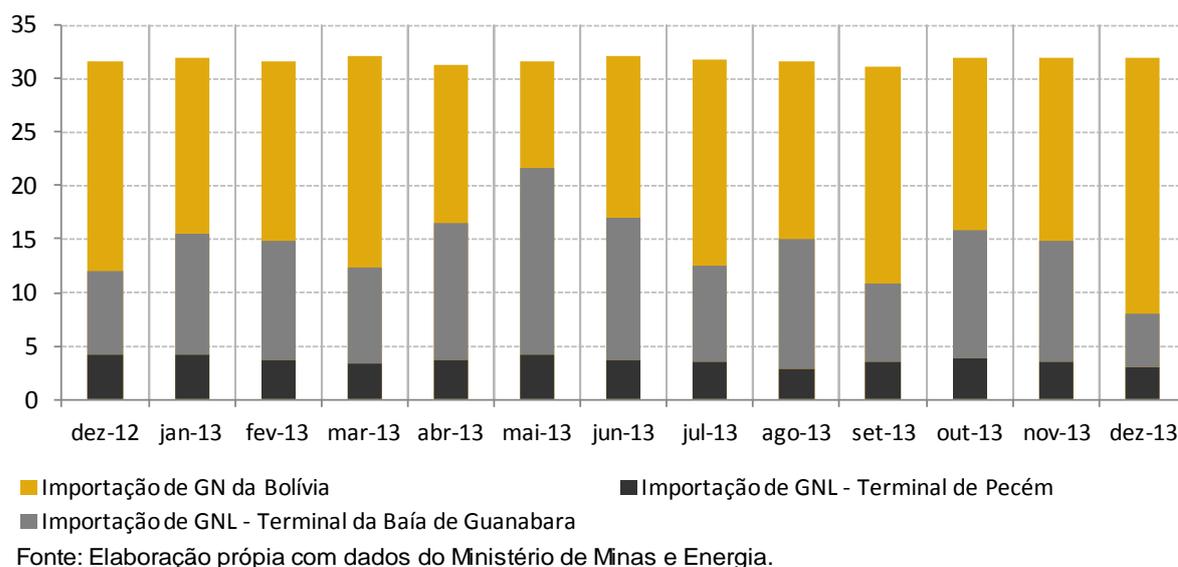
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

4.2. Importação Média de Gás Natural (MME)

A importação média de Gás Natural da Bolívia, em dezembro de 2013, foi de 32 milhões de m³/dia, volume 1% superior ao observado no mesmo mês de 2012. No acumulado do ano, a importação média foi de 32 milhões de m³/dia, volume 15% superior ao importado no mesmo período de 2012.

Em dezembro de 2013, a importação média de Gás Natural Liquefeito (GNL) totalizou 8 milhões m³/dia, volume 33% inferior ao montante observado em dezembro de 2012. De janeiro a dezembro de 2013, a importação média de GNL foi de 15 milhões m³/dia o que representa um crescimento de 77% no volume importado quando comparado ao mesmo período de 2012..

Importação de Gás Natural (milhões m³/dia)



4.3. Consumo de Gás Natural (ABEGÁS)

O consumo de gás natural no País em fevereiro de 2014 foi, em média, de 73 milhões de m³/dia. Essa média é 2% superior ao volume médio diário consumido em fevereiro de 2013. No acumulado do ano, o consumo de gás natural foi 4% inferior ao observado de janeiro a fevereiro de 2013.

O setor industrial, em fevereiro de 2014, consumiu 28 milhões de m³/dia de gás natural, sendo 6% superior ao mesmo mês do ano anterior. O resultado é reflexo da recuperação apresentada pela indústria brasileira no início deste ano.

Consumo de Gás Natural por Segmento

	Médio (mil m ³ /dia)		Variação %	
	Fevereiro/2014	Jan-Fev/2014	Fev-2014/ Fev-2013	Acumulado do Ano
Industrial	28.387	28.077	6	4
Automotivo	5.162	4.971	2	0
Residencial	643	661	-29	-15
Comercial	730	700	4	3
Geração Elétrica	33.145	27.708	9	-7
Co-geração*	2.530	2.443	-1	-1
Outros	2.123	2.656	-54	-43
Total	72.719	67.216	2	-4

*O segmento co-geração contempla os consumos de co-geração industrial e co-geração comercial.

Fonte: Elaboração própria com dados da Abegás.

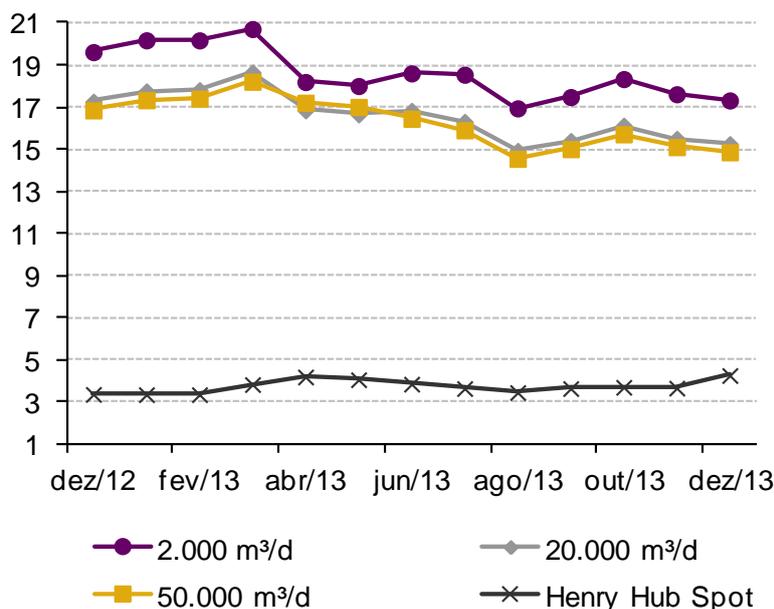
O setor da indústria foi responsável por 39% do consumo de gás natural em fevereiro de 2014. O setor foi acompanhado pela geração elétrica, responsável por 46% do volume total de gás consumido no mesmo mês. O aumento no consumo de gás para a geração elétrica em comparação com o mesmo mês do ano anterior reflete a atual situação hidrológica do país. Com reservatórios muito abaixo dos níveis esperados para o período, as térmicas a gás continuam despachando para garantir o atendimento à demanda crescente por energia elétrica.

4.4. Preço do Gás Natural (MME).

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em dezembro de 2013, foi de US\$ 15,81/MMBTU, valor 12% inferior ao observado em dezembro de 2012 (US\$ 17,91/MMBTU). Esse valor inclui impostos e custos de transporte.

Em dezembro de 2013, o preço médio do gás natural no mercado spot Henry Hub foi de US\$ 4,24/MMBTU, valor 27% superior ao apresentado em dezembro de 2012 (US\$ 3,34/MMBTU). Esse preço não inclui impostos, transporte nem margem do distribuidor e é estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega do dia seguinte.

Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial¹ e do Mercado Spot Henry Hub² (US\$/MMBtU)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia e do Governo de Nebraska (EUA).

¹ Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.

² Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.

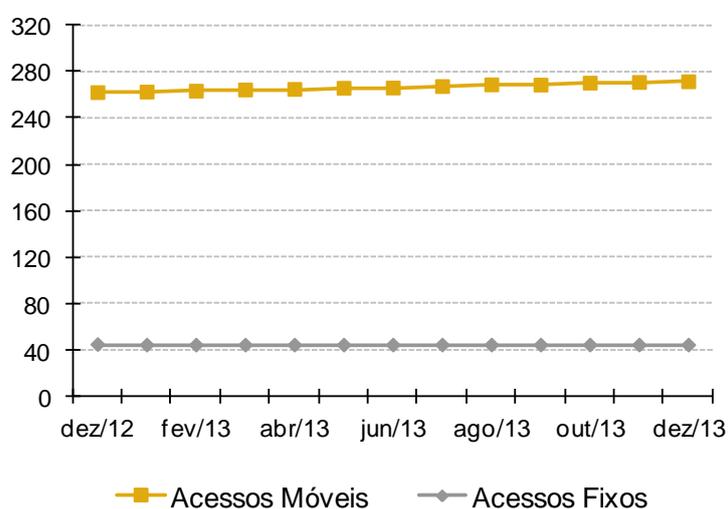
5. Telecomunicações

5.1. Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa Comutada e Acessos Móveis (ANATEL)

Em dezembro de 2013, o número de acessos móveis em operação foi de 271 milhões, montante 4% superior ao mesmo mês do ano anterior. O crescimento da quantidade de acessos nos últimos 12 meses tem sido de aproximadamente 0,3% ao mês.

Desde dezembro de 2008, os acessos fixos apresentam tendência de estagnação. Em novembro de 2013, o número de acessos fixos foi de 44,4 milhões, valor próximo ao averiguado em dezembro de 2013.

Evolução dos Acessos Móveis e Fixos em Operação
(milhão)



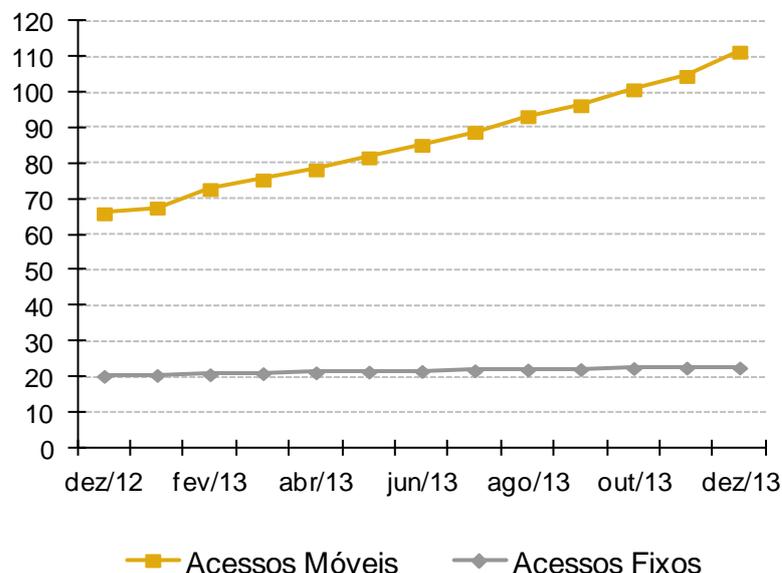
Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

5.2. Serviços Contratados Ativos de Internet Móvel e Fixa (ANATEL)

O número total de acessos de internet móvel ativos comercializados em dezembro de 2013 foi de 111 milhões, montante 69% superior ao observado no mesmo período de 2012. Em relação a novembro de 2013, os acessos de internet móvel foram 7% superiores. Uma pequena parcela desse crescimento se deve à entrada dos dados da rede LTE (4G) que passou a operar desde o início de maio.

Os acessos totais de internet fixa vêm crescendo em ritmo inferior ao observado nos últimos meses. Houve no mês de dezembro de 2013, um crescimento de 12% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Em relação a novembro de 2013, os acessos a internet fixa foram praticamente iguais.

Evolução do Total de Acessos ativos de Internet Móvel¹ e Fixa² (milhão)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANATEL

¹ WCDMA, LTE, M2M e Banda Larga Móvel

² Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)

6. Transportes

6.1. Portos Selecionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

Em fevereiro de 2014, a movimentação de granel sólido nos portos públicos e nos terminais de uso privativo (TUPs) teve um aumento de 6% em relação a fevereiro de 2013, e a movimentação de granel líquido aumentou 2% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

A movimentação total de cargas nos portos públicos e TUPs, em fevereiro de 2014, foi 4% superior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Em fevereiro de 2014, os TUPs representaram 68% da movimentação total de carga nos portos e terminais. A movimentação total nos TUPs foi de 39.934 mil toneladas, volume 2% inferior ao de fevereiro de 2013. Os portos públicos movimentaram 18.903 mil toneladas em fevereiro de 2014, volume 18% superior em comparação com mesmo mês do ano anterior.

A quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados e terminais privados do país em fevereiro de 2014 foi de 595 mil TEUs (twenty-foot equivalent unit), montante 1% superior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Movimentação Total de Cargas – por natureza* (mil t)

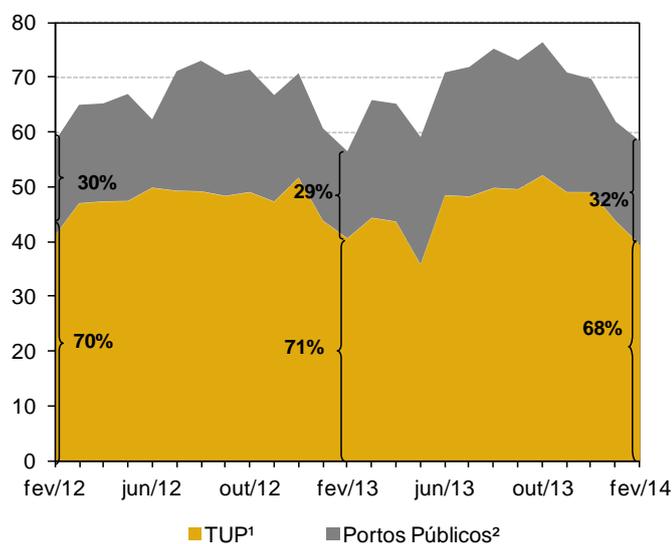
	Período		Variação %
	Fev/2013	Fev/2014	Fev-2014 / Fev-2013
Granel Sólido (a)	36.643	39.002	6%
<i>Portos Públicos</i>	11.777	14.475	23%
<i>TUPs</i>	24.866	24.527	-1%
Granel Líquido (b)	16.415	16.729	2%
<i>Portos Públicos</i>	3.300	3.694	12%
<i>TUPs</i>	13.114	13.035	-1%
Carga Geral Solta (c)	3.565	3.107	-13%
<i>Portos Públicos</i>	964	734	-24%
<i>TUPs</i>	2.601	2.373	-9%
Total (a+b+c)	56.623	58.837	4%
<i>Portos Públicos</i>	16.041	18.903	18%
<i>TUPs</i>	40.581	39.934	-2%

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

* Terminais de uso privativo (96 instalações)

Portos públicos (33 instalações)

Movimentação Total de Cargas (milhões t)

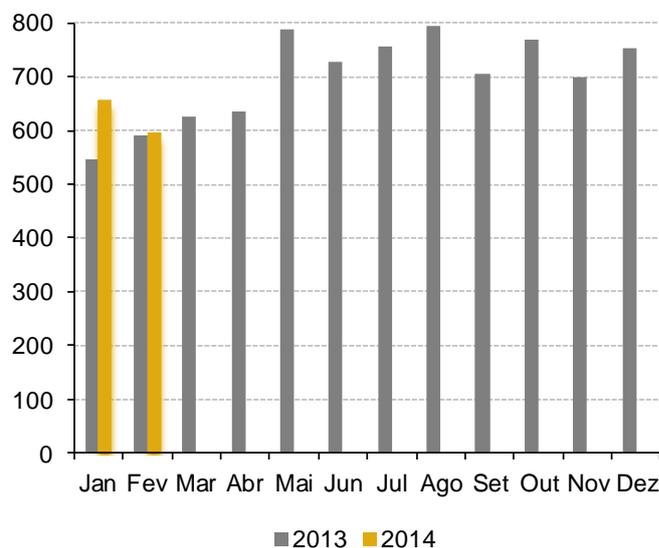


Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

¹ Terminais de uso privativo (97 instalações)

² Portos públicos (32 instalações)

Movimentação Total de Contêineres* (milhões TEUs)



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

¹ Terminais de uso privativo (97 instalações)

² Portos públicos (32 instalações)

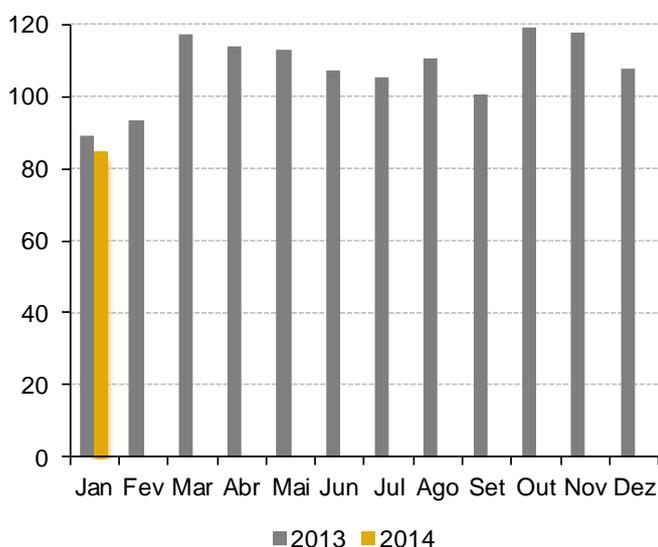
6.2. Transporte Aéreo (INFRAERO)

Devido às concessões dos aeroportos a Infraero reformulou a metodologia de coleta de dados. Seguem as informações referentes à Infraero Cargo junto às informações disponibilizadas pelas concessionárias dos aeroportos de Guarulhos, Campinas e Brasília. Devido a uma alteração na metodologia do aeroporto de Guarulhos, houve uma queda na movimentação de cargas.

Em janeiro de 2014, 19 milhões de passageiros transitaram pelos principais aeroportos brasileiros, volume 14% superior ao ocorrido no mesmo mês de 2013.

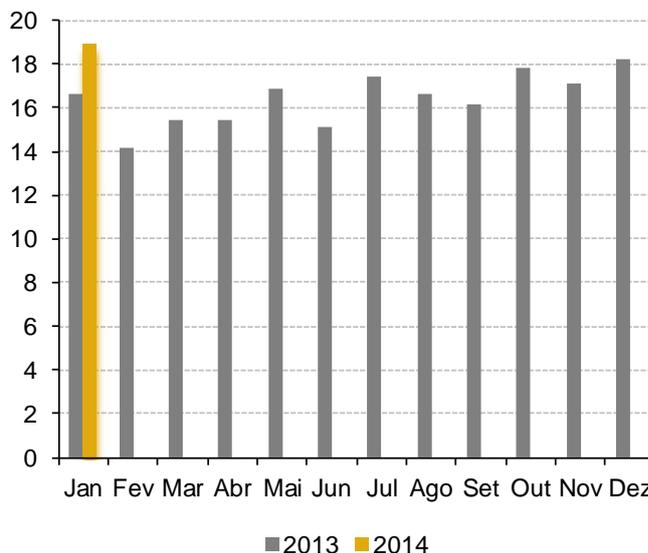
A movimentação de carga aérea total no País, em janeiro de 2014, foi de 85 mil toneladas, montante 5% inferior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior.

Movimentação mensal de Cargas
(mil toneladas)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

Movimentação mensal de Passageiros
(mil)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

6.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, de fevereiro de 2014, foi de 32 milhões de toneladas úteis (TUs), valor similar ao observado no mesmo intervalo de 2013. Nesse período, a movimentação de soja e farelo de soja foi o setor que apresentou maior crescimento na movimentação de mercadorias transportadas por ferrovias (44%). O minério de ferro correspondeu a 78% do total movimentado em fevereiro de 2014.

Movimentação de Mercadorias nas Ferrovias – Fev

Ano	2014	2013	Variação (%)
Mercadoria	Fev (mil TU)	Fev (mil TU)	acum-14/ acum-13
Minério de Ferro	23.977	28.522	-16
Soja e Farelo de Soja	2.300	1.631	41
Indústria Siderúrgica	1.013	1.045	-3
Carvão/Coque	975	885	10
Produção Agrícola (exceto soja)	716	1.281	-44
Combustíveis e Derivados de Petróleo e Álcool	711	682	4
Grãos Minerais	420	582	-28
Extração Vegetal e Celulose	413	329	26
Indústria Cimenteira e Construção Civil	272	245	11
Conteiner	248	197	26
Cimento	248	212	17
Adubos e Fertilizantes	247	339	-27
Carga Geral - Não Contein.	15	16	-5
Total	31.555	35.965	-12

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT

6.4. Participação dos Modos de Transporte no Comércio Exterior (MDIC)

Em fevereiro de 2014, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 50 milhões de toneladas, montante 7% superior ao averiguado em fevereiro do ano anterior. O modo marítimo continua apresentando a maior participação nas movimentações, com 95%.

Movimentação Total (exportação e importação) por modo

Modo	mil t		Variação %	
	Fev/2014	Jan-Fev/2014	Fev-2014 / Fev-2013	Acumulado do ano
Marítimo	47.306	98.689	7	5
Fluvial	789	1.730	-30	0
Aéreo	102	217	-3	-9
Ferrovário	47	94	-1	-18
Rodoviário	830	1.622	4	4
Outros*	945	1.897	6	2
Total	50.019	104.249	0	5

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.

*Linha de transmissão, tubo-conduto, postal, próprio, lacustre.

7. Investimentos Privados em Infraestrutura

7.1. Desembolsos do BNDES

Em janeiro de 2014, o desembolso total realizado pelo BNDES na área de infraestrutura (refino e álcool, energia elétrica e gás natural, saneamento, telecomunicações e transporte) foi de R\$ 6,4 bilhões, valor 126% inferior ao aportado em janeiro de 2013.

Desembolso mensal BNDES

Setor	Janeiro/2013 R\$ milhão	Janeiro/2014 R\$ milhão	Participação %
Refino e Álcool	344	916	14
Energia Elétrica e Gás Natural	497	982	15
Saneamento	38	117	2
Telecomunicações	7	200	3
Transporte	1.958	4.225	66
<i>Aéreo</i>	9	6	-
<i>Aquaviário</i>	215	28	-
<i>Terrestre</i>	1.734	4.191	-
Total Infraestrutura	2.844	6.439	100

Fonte: Elaboração própria com dados do BNDES.

8. Execução do Orçamento da União (SIAFI)

8.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União (Tabela I)

A dotação total autorizada para o Orçamento da União de 2014 foi de, aproximadamente, R\$ 2,4 trilhões. Deste valor, aproximadamente R\$ 82 bilhões correspondem à alínea “investimentos”, o que representa 3% do orçamento total de 2014.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes detém o maior orçamento de investimentos, em valor absoluto, R\$ 15,8 bilhões o que representa 19% da sua dotação total.

Do orçamento de investimentos da União para 2014, foram empenhados R\$ 11,0 bilhões, o que representa 13% da dotação autorizada. Até o dia 26 de março, foram liquidados R\$ 858 milhões e pagos do orçamento aproximadamente R\$ 482 milhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 11,5 bilhões.

8.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes (Tabelas I e II)

Do montante de R\$ 15,8 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2014, foram empenhados R\$ 3,4 bilhão (22% da dotação). Até o dia 26 de março, foram liquidados R\$ 41 milhões e R\$ 34 milhões pagos do orçamento. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 1,952 bilhão.

Cerca de 80% dos recursos autorizados para investimentos do Ministério dos Transportes (R\$ 12,5 bilhões) estão destinados ao setor rodoviário. O restante está dividido entre os setores ferroviário (R\$ 2,3 bilhões, ou 15%), hidroviário (R\$ 244 milhões) e outros (R\$ 780 milhões). A modalidade portuária apresenta uma execução de somente restos a pagar pagos no valor de R\$ 3 milhões até dia 26 de março.

8.3. Restos a Pagar – Orçamento de Investimentos (Tabela III)

O Ministério dos Transportes inscreveu, em 2014, cerca de R\$ 472 milhões em restos a pagar processados. A União inscreveu, aproximadamente, R\$ 7,7 bilhões de restos a pagar processados. Em relação aos restos a pagar não-processados, o Ministério dos Transportes tem R\$ 13,6 bilhões inscritos, enquanto a União tem R\$ 79,3 bilhões de restos a pagar não-processados inscritos para 2014.

Do volume total de restos a pagar inscritos pelo Ministério dos Transportes, 14% foram pagos até 26 de março (excluídos os cancelamentos). No caso da União, os pagamentos correspondem a 13% do total de restos a pagar inscritos.

9. Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (SIAFI) (Tabela IV)

Para 2014, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC apresenta dotação de R\$ 61,8 bilhões no orçamento da União, de acordo com o SIAFI. Desse total, foram alocados 35% no Ministério das Cidades (R\$ 21,6 bilhões) e 24% no Ministério dos Transportes (R\$ 14,6 bilhões), principais executores do chamado “PAC Orçamentário”, que considera somente os recursos do Orçamento Geral da União.

No âmbito do PAC, a União empenhou R\$ 12 bilhões (19% do orçamento autorizado) e liquidou R\$ 1 bilhão até 26 de março. Foram pagos R\$ 860 milhões do orçamento de 2014. Os restos a pagar pagos somaram, aproximadamente, R\$ 12,6 bilhões. Restam R\$ 57 bilhões em restos a pagar não pagos nos projetos do PAC Orçamentário.

10. Execução do Orçamento das Estatais (MPOG) (Tabela V)

Em 2014, as empresas estatais e agências de fomento apresentaram dotação autorizada para investimentos no valor de R\$ 106 bilhões. Foram executados, até o primeiro bimestre, investimentos no valor de R\$ 14 bilhões, equivalentes a 14% da dotação autorizada para 2014. Esse valor foi 7% superior ao desembolsado em 2013, no mesmo período.

Em relação às Estatais vinculadas ao Ministério de Minas e Energia, a dotação de investimentos para 2014 foi de R\$ 94,3 bilhões. As despesas totais realizadas foram de cerca de R\$ 14 bilhões, o que representa uma execução de 15% do autorizado e 79% do total executado pelas Estatais.

Entre as empresas estatais, o Grupo Petrobras concentra 80% da dotação autorizada para as Estatais em 2014 e respondeu por 90% da despesa realizada até o primeiro bimestre do ano, num total de R\$ 14 bilhões (execução de 16% de sua dotação).

ANEXOS

Tabela I - Execução Orçamentária da União - OGU 2014 Investimentos - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 26/03/2014*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	1.701	10	1	0	0	0	0	93	93	935
MAPA	1.171	25	2	0	0	0	0	69	69	1.357
MCTI	1.303	252	19	102	8	6	0	106	112	1.155
MDIC	168	8	5	4	2	4	2	5	9	82
MME	145	160	110	0	0	0	0	19	19	68
M. Transportes	15.827	3.426	22	41	0	34	0	1.918	1.952	12.054
M. Comunicações	60	3	4	0	0	0	0	15	15	148
MMA	174	9	5	1	0	1	0	14	14	119
MDA	667	51	8	1	0	1	0	1.119	1.119	3.228
M. Defesa	9.419	3.983	42	443	5	294	3	2.450	2.744	5.140
M. Int. Nacional	7.631	787	10	27	0	23	0	572	595	5.913
M. das Cidades	10.141	455	4	1	0	1	0	659	660	14.205
Outros**	33.979	1.863	5	238	1	119	0	4.019	4.139	30.874
Total	82.385	11.031	13	858	1	482	1	11.058	11.540	75.276

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

** Inclui Câmara dos Deputados, Senado, TCU, STF, STJ, Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do DF e Territórios, Ministério Público da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Social.

Tabela II - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes – OGU 2014 Investimentos – Por Modalidade

Valores em final de período - atualizados até 26/03/2014*

R\$ milhão

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Ferrovário	2.325	632	27	31	1	31	1	278	309	1.347
Hidroviário	244	51	21	0	0	0	0	12	12	355
Portuário	0	0	0	0	0	0	0	3	3	17
Rodoviário	12.478	2.705	22	8	0	0	0	1.550	1.550	9.855
Outros	780	39	5	3	0	3	0	78	81	480
Total	15.827	3.426	22	41	0	34	0	1.918	1.954	12.054

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela III - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2014

Restos a Pagar Processados

Valores em final de período - atualizados até 26/03/2014* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	472	-1	375	96
União	7.678	-126	2.969	4.583

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Restos a Pagar Não-Processados

Valores em final de período - atualizados até 26/03/2014* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	13.639	-139	1.543	11.957
União	79.252	-470	8.089	70.693

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela IV - Execução Orçamentária da União - OGU 2014 PAC - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 26/03/2014*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	3.717	548	15	173	5	173	5	620	793	960
M. Planejamento	2	0	16	0	3	0	3	0	0	0
MAPA	0	0	0	0	0	0	0	1	1	670
MCTI	0	0	0	0	0	0	0	11	11	21
M. Fazenda	80	0	0	0	0	0	0	0	0	80
MEC	6.629	82	1	17	0	17	0	1.059	1.076	5.755
MDIC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
M. Justiça	0	0	0	0	0	0	0	4	4	0
M. Minas e Energia	247	253	102	13	5	8	3	81	89	233
M. Saúde	2.397	139	6	92	4	0	0	353	353	3.448
M. Trabalho e Emprego	5	0	0	0	0	34	760	0	34	0
M. Transportes	14.640	3.441	24	42	0	34	0	2.188	2.223	12.166
M. Comunicações	1	0	0	0	0	0	0	15	15	17
M. Cultura	166	15	9	0	0	0	0	88	88	475
M. Meio Ambiente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
MDA	38	2	6	0	0	0	0	1.077	1.077	2.343
M. Esporte	601	0	0	0	0	0	0	86	86	1.251
M. Defesa	4.943	3.582	72	414	8	273	6	1.663	1.937	2.395
M. Integr. Nacional	6.067	747	12	22	0	21	0	426	448	3.939
M. Turismo	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1.578
M. Desenv. Social	643	0	0	0	0	0	0	221	221	526
M. Cidades	21.584	3.200	15	322	1	322	1	4.741	5.062	20.820
Total	61.761	12.009	19	1.094	2	860	1	12.636	13.496	56.682

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela V - Orçamento de Investimentos – 2014 Estatais e Agências de Fomento

Por órgão: Ministérios	Dotação	Despesa realizada Até 1º bim.
Minas e Energia	94.324	13.802
Comunicações	1.322	135
Transportes ¹	0	0
Defesa	9	0
Outros	10.219	804
Total	105.873	14.741

¹Refere-se, apenas, à Cia Docas do Maranhão - CODOMAR

Por Função	Dotação	Despesa realizada Até 1º bim.
Indústria	441	60
Comunicações	1.301	135
Energia	94.183	13.742
Transporte	2.991	191

Fonte: Portaria n.º 12/2014 do MPOG.

R\$ milhão

Por Subfunção	Dotação	Despesa realizada Até 1º bim.
Produção Industrial	1.073	132
Energia Elétrica	10.057	637
Combustíveis Minerais	73.446	12.370
Transporte Aéreo	1.667	146
Transporte Hidroviário	3.070	102
Transportes Especiais	5.349	301

Por Unidade	Dotação	Despesa realizada Até 1º bim.
Grupo Eletrobrás	9.871	523
Grupo Petrobras	84.452	13.278
Cias DOCAS ²	1.303	148
Infraero	1.670	148

²Despesas alocadas na Secretaria de Portos

Documento elaborado com dados disponíveis até 02 de abril de 2014.